

A importância da oralidade em Platão

The importance of the orality in Plato

Luiz Rohden

rohden@unisinós.br

UNISINOS/CNPQ

João Zaqueo Origuella Júnior

zaqueooriguella@gmail.com

Mestrando em Filosofia pela UNISINOS

Resumo

Este breve trabalho tem como objetivo destacar a importância do tema da linguagem em Platão. Para tal desiderato, buscou-se contrapor a linguagem oral com a linguagem escrita, para, dessa forma, chegar-se a uma síntese conciliadora entre ambas. A metodologia adotada para este fim foi recolher interpretações feitas por estudiosos conceituados, entre os quais: Giovanni Reale, Franco Trabattoni e Jayme Paviani, com o intuito de compreender um Platão mais amplo – da grande síntese. Ora, observa-se que o tema da linguagem em Platão constitui-se num tema atual, numa missão filosófica de vital importância, visto que, corroborando com Reale, há uma necessidade urgente de uma visão inovadora sobre a filosofia platônica. Tal visão destaca, sobretudo, a importância das *Doutrinas não - escritas* e, conseqüentemente, a importância da oralidade.

Palavras-chave: Filosofia platônica; Linguagem oral; *Doutrinas não-escritas*; Linguagem escrita.

Abstract

This brief work has as objective detaches the importance of the theme of the language in Plato. For such desideratum, it was looked for to oppose the oral language with the written language, for, in that way, to arrive to a conciliatory synthesis among both. The methodology adopted for this end was to collect interpretations done by considered specialists, among the ones which: Giovanni Reale, Franco Trabattoni and Jayme Paviani, in order to understand true Plato of the great synthesis. Now, it is observed that the theme of the language in Plato, is constituted in a current theme, in a mission philosophical of vital importance, because, corroborating with Reale, there is an urgent need of an innovative vision on the platonic philosophy. Such vision highlights, above all, the importance of the *Doctrines no - written and*, consequently, the importance of the orality.

Key words: Platonic philosophy; Oral language; No-written doctrines; Written language.

Introdução

A obra de Giovanni Reale, *Para uma nova interpretação de Platão*, pode ser considerada a coroa do *Corpus platonicum*, desenvolvido nas últimas três décadas pela Escola de Tübingen. Reale procurou religar a *filosofia dos diálogos* e a *Teoria dos Princípios*, reconstruída a partir dos testemunhos referentes às *Doutrinas não-escritas*, bem como visou a redesenhar as linhas do *Sistema platônico*.

Busca-se, no *Fedro* e na *Carta VII*, o apoio filosófico necessário para evidenciar-se a importância da oralidade na filosofia platônica, visto que, na atualidade, esse tema desdobra-se

com grande propriedade. Essa temática nos parece pouco explorada e mesmo pouco valorizada, nesse sentido, busca-se uma reflexão mais abrangente sobre o assunto.

Distinção entre doutrina escrita e doutrina oral na filosofia de Platão

Se considerarmos a *teoria das Ideias* como sendo o tópico possivelmente mais célebre de toda historiografia filosófica desde a antiguidade, a *teoria dos Princípios* tem-se mantido numa certa obscuridade. Certamente, os valorosos trabalhos de Krämer, Gaiser e Reale, constituem-se no mais *bem-sucedido esforço* para lançar uma fâsca de luz sobre a concepção que Platão recusara-se a *consignar* por escrito.

Segundo o pensar de Platão, existiam duas doutrinas distintas: a doutrina *exotérica* e a doutrina *esotérica*, ambas complementam-se. A doutrina *exotérica* destina-se às pessoas de fora, para aqueles *principiantes*, aos *recém-chegados* que ainda não estão devidamente *preparados* para o conhecimento da *doutrina esotérica*. Para alguns, Platão é dualista, visto utilizar-se de um jogo de opostos em que estes, os opostos, não se unificam. Porém, existe no platonismo uma “perfeita conciliação, só que ela só vai aparecer, com clareza e plenitude, na assim chamada *Doutrina Não-Escrita*”. (CIRNE-LIMA, 2002, p. 43).

Segundo Reale, Hegel, ao tratar do Platão *esotérico*, parece ter obtido um entendimento mais justo sobre tal questão:

Uma [...] dificuldade poderia nascer da distinção que se costuma fazer entre filosofia esotérica e exotérica. Tennemann afirma: ‘Platão valeu-se do direito de que goza todo pensador de comunicar somente a parte das suas descobertas que julgava oportuno e de comunicá-la somente àqueles que julgavam capazes de acolhê-la. Também Aristóteles tinha uma filosofia esotérica e uma filosofia exotérica, com a diferença, porém, de que nele a distinção dizia respeito somente à forma, e em Platão também à matéria’. Tolices! Pareceria quase que o filósofo possui seus pensamentos como coisas exteriores: ao contrário, a idéia filosófica é algo de muito diferente, ela é que possui o homem. Quando os filósofos falam de temas filosóficos, devem exprimir-se segundo as suas idéias e não podem guardá-las no bolso. Se, como alguns, falam de maneira extrínseca, todavia nos seus discursos está sempre contida a idéia, por pouco que a matéria tratada tenha conteúdo. Para entregar um objeto externo não é preciso muito, mas para comunicar idéias é necessário capacidade e essa permanece sempre de alguma maneira esotérica, de modo que não há nunca o puramente exotérico nos filósofos. (HEGEL apud REALE, 2004, p. 95-96).

Reale esclarece que o Platão das *Doutrinas não-escritas* é, em sua concepção, um Platão *esotérico*, porém num sentido diferenciado. Gaiser chama essa teoria dos princípios de *esotérica*, evidenciando: “[...] quero dizer que Platão pretendia falar dessas coisas apenas no círculo restrito dos discípulos que, depois de uma longa e intensa preparação matemático-dialética, eram capazes de captá-las de maneira adequada”. (GAISER apud REALE, 2004, p. 96).

Na concepção de Reale, o termo *esotérico* é igualmente usado para indicar os escritos aristotélicos, destinados aos seus discípulos (no Liceu), concluindo que o sentido peculiar dessa chamada dimensão *esotérica* de Platão é aquele mesmo que determina a escolha da oralidade dialética para, dessa forma, exprimir a doutrina dos primeiros Princípios. “A via de acesso ao *esotérico* coincidia com o duríssimo tirocínio educativo do qual falam expressamente também a *República* e as *Leis*”. (REALE, 2004, p.96).

Segundo os tubingueses, as causas pelas quais Platão mostra-se *reticente* em suas escrituras, dizem respeito a um caráter propriamente histórico, e não um caráter filosófico. Portanto, para eles, é o fruto de uma *escolha* e não de uma *coação*. Assim sendo, os tubingueses optaram por substituir a expressão doutrinas *esotéricas* pela expressão *Doutrinas intra-acadêmicas*, isto é, doutrinas a serem divulgadas somente no interior da *Academia*.

Fedro e a Carta VII

Do que se depreende dos testemunhos, Reale assevera que não há nenhuma dúvida de que Platão desejava apresentar uma “visão unitária, capaz de abarcar o real na sua totalidade e nas suas partes”. (REALE, 2004, p.94). E ainda mais, o autor defende que, por mais *incompletos* que possam apresentar-se, esses testemunhos permitem uma reconstrução dos traços básicos de tal sistema platônico e seus respectivos nexos doutrinários.

Sobre o texto transcrito da obra *Fedro*, evidencia-se o argumento de Tamuz referente ao valor da escrita:

[...] ela não representa uma forma autêntica de memória, pois ao confiar a caracteres *exteriores* a sua própria memória *interna* os homens se tornarão mais esquecidos, isto é, desmemoriados. Em vez do exercício próprio de uma memória viva (*mnéme*), auto-referida, tem-se com o texto escrito o recurso artificial a uma *rememoração* (*hypómnesis*) como signo de morte, de algo passado e exterior ao instante presente. Para o Rei, o texto escrito não pode ser um auxílio ao verdadeiro conhecimento porque ele simplesmente parece ‘repetir sem saber’. O que se marca, assim, é o valor da escrita como simples representação da fala, esta sim capaz de produzir o verdadeiro conhecimento como função da memória autêntica. O poder do *lógos*, o discurso vivo, na presença e sob o controle de quem fala, está na razão direta de sua proximidade para com a origem, entendida como função de uma *presença plena*, a do *pai do discurso* ou, como se diz modernamente, o ‘sujeito falante’. (NASCIMENTO, 2004, p. 20-21).

Uma vez absorvido tudo isso, ainda poder-se-ia objetivar que Platão considerava a comunicação oral, sob certo prisma, *superior* à escrita. Um olhar para tudo aquilo que ele ensinava oralmente, colocava seus ouvintes em contato com importantes e decisivos elementos, compreendendo assim de forma abrangente suas ideias.

Refletindo sobre os motivos que levaram Platão a estabelecer a superioridade da comunicação oral, percebe-se que, igualmente, essa hipótese mostra-se como uma espécie de *ilusão de ótica*: Platão ensinava, de forma oral, qualquer coisa unindo caso a caso nos seus discursos, os pontos de vista da verdade e assunto a *qualquer um*. Evidentemente, o olhar atual não abarca a magnitude necessária para a devida compreensão de tais ensinamentos, já que não se tem mais a possibilidade de frequentar à *Academia de Platão*, ou seja, não podemos dirigir perguntas diretamente a ele.

Na perspectiva platônica, a *verdade* seria um atributo exclusivo *da alma* e, por consequência lógica, os ensinamentos verdadeiros estariam contidos no âmago do ser humano. Pode-se, então, entender que os ensinamentos advindos de forma direta da palavra de um mestre acabam sendo mais *valiosos* do que a reprodução destes por outras pessoas.

A oralidade, segundo o pensar platônico, possui os cabedais suficientes para reproduzir, com toda exuberância necessária, um discurso elaborado pela escritura. Em oposição, o escrito

teria extremas dificuldades ao tentar esboçar todas as manifestações de um discurso elaborado oralmente, sobretudo, se neste houver diálogo, ou por outra, se houver a existência de uma maior interação entre o ouvinte e seu interlocutor, em suma, a força da oralidade sobrepuja a *letra morta*.

Ora, a vivacidade intensa da linguagem, encontra-se na escrita ou na oralidade? Encontra-se na *letra morta*? Na visão de Platão, esta letra fixada, esta petrificação, esta linguagem inerte, não consegue estabelecer uma amplitude à altura do real entendimento humano. Em suma, nossa compreensão está para além da escrita. Isso tudo explica uma determinada desconfiança de Platão para com a divulgação do saber.

A escritura apenas fornece vias para que se possa *trazer à memória* algum conhecimento anteriormente concebido. *O escrito é inanimado*. Nesse viés, o discurso oral, “vivo e animado” constitui-se num discurso poderoso e eficaz. Assim sendo, “[...] o discurso escrito é como uma imagem, ou seja, uma cópia, do discurso feito na dimensão da oralidade” (REALE, 2004, p.55). Contribui ainda Paviani:

Tendo em vista a importância que Platão atribui à oralidade, mesmo tendo escrito trinta e cinco diálogos, e considerando as influências da dialética de Zenão de Eléia, dos sofistas, de Sócrates e de outros filósofos anteriores ao platonismo, o processo dialético de Platão pressupõe uma elaboração e, conseqüentemente, níveis de maior ou menor complexidade, passagens do exercício dialético para a ciência dialética. Nesse sentido, é necessário levar em consideração a oralidade da pergunta e da resposta, o diálogo como gênero literário, a argumentação, e as imbricações da dialética com a retórica, com a linguagem, com a racionalidade do argumento e com a verdade e a realidade. (PAVIANI, 2001, p. 18).

Crítica ao ensinamento escrito

Em realidade, na Academia de Platão, o ensinamento oral era plenamente exercido em suas amplas modalidades. Se na alma estão contidas as “Verdades”, nada mais justo do que fazer-se uma apologia ao ensino oral, integrador, participativo, envolvente, amplo, completo, isto é, a oralidade seria, sob a ótica platônica, a abrangência do saber, um objetivo maior, mais digno e eficaz contra os enganos do caminho escrito, os quais obscurecem a razão. Visto que, sem um abrangente e abarcador diálogo (oral), não pode haver real entendimento dos fatos, em suma, não há uma compreensão muito mais ampla, como Platão desejava.

Nas chamadas *Doutrinas não-escritas* ou *ágrapha dógmata*, Platão manifesta sérias *críticas contra a escrita*, sobretudo, na *Carta VII*, na qual destacamos um trecho contido em 344c e 344d, assim expresso:

[...] quando vemos alguma composição escrita, ou seja, de um legislador, a respeito de leis, ou de outro indivíduo sobre assunto diferente, é certeza não ter o autor levado muito a sério o seu trabalho, ainda mesmo que se trate de um sujeito grave, por haver ficado retido o pensamento na porção mais nobre de sua alma. Mas, se, de fato, o confiou à escrita, como coisa da mais alta importância, então, é que os humanos, não os eternos do Olimpo, fizeram que ele o juízo perdesse. (Nunes, 1975, p. 159).

Segundo Giovanni Reale,

[...] cairia em erro quem, produzindo escritos sobre coisas privadas ou públicas e apresentando leis ou obras políticas, estivesse convencido de que nesses escritos possa haver 'grande solidez e clareza'. Com efeito, nos escritos não pode estar incluído o conhecimento dos fundamentos concernentes ao justo e ao injusto, ao bem e ao mal. (REALE, 2004, p. 63).

Sócrates nada escreveu. Terá sido por acaso? Ou terá sido por convicção? Já Platão escreveu para reafirmar os perigos da escrita, os perigos que rondam aqueles que confiam à escritura, seus pensamentos. Paviani defende que Platão utiliza-se do mito para *desvendar o processo da escrita*. Já para Derrida, foram necessários *vinte e cinco séculos* para que o *Fedro* fosse tido na conta de texto bem escrito. Schleiermacher considerava "improvável que um escritor tão experiente condenasse a escrita na sua velhice". (PAVIANI, 1993, p. 56).

De acordo com Paviani, "neste modo de encenar a falta de adequação entre o escrito e a verdade", faz-se necessário indagar o próprio texto, em suma, rever o uso de suas palavras. Além disso, tendo sempre presente a perspectiva histórica, é preciso explicitar a concepção da escritura de Platão, a qual não pertence à filosofia atual. "Só explicitações desta natureza permitem uma leitura eficiente do diálogo". (PAVIANI, 1993, p. 56).

Na visão de Paviani, para delinear que a *fala é superior à escrita*, Platão usa o recurso do mito, introduzindo a narrativa no discurso filosófico. Ainda indica que o denotativo e o conotativo misturam-se. Carlos Roberto Nunnes, ao comentar a obra *Fedro*, assim assevera:

O fato é que ficará como mais interessante exemplo de tão falada ironia socrática ou como um dos mitos paradoxos de Platão, que o maior elogio da palavra falada só alcançou a posteridade graças à malsinada invenção daquele demônio ou divindade do Egito, de nome Teuth: a arte da escrita, no *Fedro*, o mais belo Diálogo de Platão e no seu gênero, peça de acabamento dificilmente comparável, se não for apenas com dois ou três Diálogos da mesma procedência'. (NUNNES apud PAVIANI, 1993, p. 65).

Segundo Jayme Paviani, Platão e Aristóteles possuíam duas filosofias distintas. Enquanto Platão preocupa-se por delinear o que deve ou não ser escrito, ou seja, o que cabe à escrita e, do mesmo modo, o que cabe à oralidade, Aristóteles defende que não havia diferença entre a escrita e a oralidade.

Paviani ainda relembra que, de Platão, foram conservados somente os diálogos publicados e não os ensinamentos selecionados a um público exclusivo. Em contrapartida, de Aristóteles foram perdidas as obras designadas à publicação, sendo conservadas *aquelas escritas* para o uso de seus discípulos. Tal fato evidencia a clareza *quase dialética* e mesmo as numerosas repetições de seu conteúdo.

É de bom grado que se julgue com justiça uma devida comparação entre esses dois grandes filósofos, não os colocando num plano oposto: Platão x Aristóteles. Vislumbre-se, sim, uma correlação benéfica, construtiva e até mesmo complementar, ao considerar-se uma visão geral do rico pensamento grego, pois, sem Platão, Aristóteles não teria existido, não teria sido seu discípulo.

O valor da oralidade

Reale indica que na *Carta VII*, escrita por volta de 353 a.C., está evidenciado que a doutrina dos *Princípios supremos* do real não só foi ouvida por Dionísio no ano de 361 a.C., na época da *terceira viagem* de Platão à Sicília, bem como ele poderia tê-la escutado já na época da segunda viagem, ocorrida em 366a.C. Portanto, deve-se concluir que, durante vinte anos, as *Doutrinas não-escritas* devem ter permanecido essencialmente as mesmas. (REALE, 2004, p. 86).

Segundo Platão, seus ensinamentos mais importantes, completos, satisfatórios, sérios e amplamente verdadeiros, estavam contidos sob o teto de sua Academia, enfim, no seu ensinamento oral, destinado aos discípulos mais próximos. Por isso, o filósofo esforçava-se por defender que, através e pela oralidade, sua real doutrina seria conhecida por seus mais esforçados discípulos e que, da mesma forma, seu ensinamento oral constituir-se-ia na mais elevada *beleza*, aliás, muito mais belo do que seu ensinamento escrito.

Platão, ao comparar o discurso escrito ao oral, salienta no *Fedro*:

Sócrates – E então? Consideramos agora outro discurso, irmão legítimo deste? Vejamos de que modo nasce e, pela sua natureza, quanto seja melhor e mais poderoso do que aquele?

Fedro – Qual é esse discurso, e de que modo dizes que nasce?

Sócrates – O discurso escrito, mediante a ciência, na alma de quem aprende, e que é capaz de se defender por si e sabe com quem deve falar e com quem deve calar.

Fedro – Pretendes referir-te ao discurso de quem sabe, o discurso vivo e animado, do qual se pode dizer, com razão, que o discurso escrito é uma imagem?

Sócrates – Justamente este. (*FEDRO*, apud REALE, 2004, p. 58-59).

Segundo as ideias platônicas, aquele que é possuidor da ciência, não opera com a devida seriedade ao fixar com tinta, sobre meros papéis, *as coisas que lhe são mais caras*; exatamente pelo motivo apresentado anteriormente: os escritos não possuem capacidade de defenderem-se, nem mesmo são capazes de *comunicar a verdade*, de maneira correta – visto esta ser prerrogativa da oralidade, sendo que o escrito serve para *remediar o esquecimento*.

O escrito, segundo o viés platônico, constitui-se num jogo *muito belo* e elevado. Todavia, a *arte dialética na dimensão da oralidade* é, por certo, de maior exuberância, pois, nela, em seu empenho e seriedade, são semeados real desenvoltura na *alma apta*, os discursos. Portanto, na alma, vislumbra-se o justo local donde provém, habitam e mesmo abundam as sementes da verdade.

Platão defende que não encontramos nos escritos uma clareza, uma “completude” e mesmo uma seriedade como na linguagem oral. Desse modo, apenas nos discursos *consignados à oralidade*, os quais têm por objetivo *ensinar e fazer aprender*, é possível *escrever na alma* coisas referentes à justiça e à beleza.

Ora, Platão imaginava que o fato de ele mesmo haver escrito sobre assuntos tão elevados, teria sido *útil* somente para poucos homens, os quais, segundo o filósofo, fossem capacitados para, com sucintas ajudas ou orientações básicas, encontrarem sozinhos as *verdades últimas* à perspectiva do ensino através da oralidade. No entanto, o fato de escrever para esses poucos, não seria útil e, sim, inútil, seria mesmo *danoso* para a maioria das pessoas, as quais não seriam capazes de compreender e, em consequência: ou teriam *desprezado* e *rejeitado* o que não compreendiam, ou mesmo ter-se-iam encheido de soberba, crendo que tenham aprendido algo que, em realidade, estavam inaptos para compreender.

Os discípulos que porventura esboçaram escrever, não observaram o que Platão considerava estruturalmente inviável, porém, o filósofo assim pensava no viés da inutilidade, da ineficácia e mesmo do perigo, por *motivos ético-pedagógicos*. Segundo Platão, a proibição ou a não-proibição de escrever sobre determinadas coisas, está ligada a uma teoria de ensino e aprendizagem, isto é, na convicção da supremacia da oralidade com relação à escritura.

Na visão de Reale, o *novo paradigma* simplesmente implica numa *prioridade filosófica* oriunda da tradição indireta, quanto ao conteúdo, visto que ela contém aquele *plus* não revelado pelos diálogos. Nesse ínterim, coincide com as *coisas de maior valor*, que, de acordo com a doutrina contida no *Fedro*, o filósofo confia somente à oralidade. Por isso, justifica Krämer, ao escrever de forma acertada, que no caso de Platão deve-se notar o fato “de que a tradição oral seja indireta é compensado pelo fato de essa ter uma preeminência quanto ao conteúdo”.

Entretanto, no caso da tradição indireta, “à diferença do que se verifica com a maioria dos outros autores, não se trata de doutrinas acessórias quaisquer, que podem servir eventualmente de complemento”. Trata-se exatamente do próprio núcleo da filosofia de Platão, enfim, da teoria dos princípios. Quem deseja compreender o Platão histórico “não pode de modo algum ignorar as relações sobre as doutrinas fundamentais não-escritas deste pensador, e não o poderia nem mesmo no caso em que elas fossem transmitidas de maneira muito pior do que na realidade o são”. (REALE, 2004, p. 87-88).

Tendo em vista que muitos se equivocam, gravemente, com relação a esse traço do novo paradigma, Giovanni Reale ressalta uma significativa declaração de Gaiser, na qual este aponta que a nova reconstrução do pensamento platônico:

[...] não pode conduzir a uma ‘desvalorização’ dos diálogos literários. Em primeiro lugar, trata-se de reconquistar uma importante dimensão para a interpretação dos próprios escritos, depois de se ter perdido a consciência dela no decurso dos séculos. Cada afirmação em torno a uma doutrina esotérica subjacente aos diálogos só poderá valer como apropriada na medida em que possibilitar uma melhor compreensão da obra escrita e mostrar como necessário e significativo o que nos diálogos aparece como desconexo, isto é, os momentos aporéticos e jocosos. E sem dúvida deve-se entender também que a peculiaridade e o significado do filosofar platônico no seu conjunto apareçam em nova luz, pela inclusão de uma dimensão ulterior’. (GAISER, *Platons...*, p. 585, apud REALE, 2004, p. 88).

Tais afirmações acima expostas não implicam num deslocamento do monopólio da tradição escrita para a oral, mas sim da necessidade de um complemento e de uma síntese *das duas tradições* e a ulterior necessidade de esclarecer até que ponto uma é possível com a outra.

Reale conclui que, nesse âmbito do novo paradigma, a “perda da autarquia dos diálogos, devida à valorização da tradição indireta”, não significa necessariamente a perda do valor, porém, “um incremento do seu valor, porque se mostram iluminados nas suas zonas de sombras”, evidenciam-se com extrema clareza e riqueza. Para ele, o *plus* revelado pela tradição indireta reduz-se a um discurso muito breve. Tal discurso, que trata dos *fundamentos últimos* é, todavia, um discurso breve: “é como um último trecho de uma escalada, que é o mais breve e, ao mesmo tempo, o mais comprometedor”. (Reale, 2004, p. 88).

No *Fedro*, Platão claramente evidencia que “o momento da elaboração oral da doutrina vinha antes” e somente num momento posterior, as doutrinas estabelecidas pela via oral

(discussão), eram “fixadas, com objetivo hipomnemático nos escritos”. (REALE, 2004, p.93). A esse respeito Reale assevera que se torna fácil deslumbrar uma *mobilidade de limites* (entre escrito e não-escrito). Com o decorrer dos anos, Platão foi conduzido a escrever sempre mais, somente deteve-se “diante das ‘coisas de maior valor’, ou seja, diante das doutrinas que, pelas razões acima explicadas, deveriam permanecer definitivamente ‘não-escritas’”. (REALE, 2004, p. 93).

Conclusão

A herança acadêmica dos nossos dias vislumbra um Platão desvirtuado que apenas expõe sua doutrina *exotérica* (dualista), na qual os pólos opostos jamais se conciliam de forma plena. Entretanto, na doutrina *esotérica*, faz-se uma conciliação perfeita desses pólos. O verdadeiro Platão é aquele pensador da Dialética, da Grande Síntese e, especialmente, o defensor do ensinamento oral.

Essa mudança de paradigma inicia-se com a chamada *Escola de Tübingen-Milão*, que visa a enfocar uma nova direção, um novo rumo, uma nova interpretação da filosofia de Platão. Busca-se, a partir dessa perspectiva, evidenciar-se que para o pensamento platônico, a escritura necessariamente recorrerá ao “socorro” de seu autor, isto é, o escrito não se defende sozinho e, por consequência lógica, possui um alcance limitado.

Daí decorre a importância da oralidade enquanto linguagem *perene*, capacitada a abarcar uma grande plêiade comunicativa com veracidade e mesmo fidelidade para com a verdade. Por isso, Platão ressalta, no final da obra *Fedro*, que a linguagem dialógica encontra-se efetivamente acima da escrita, portanto, o texto seria um meio e o diálogo uma finalidade.

A escrita, além de petrificar nossa comunicabilidade, acabaria por comprometer nossa própria memória. Por outro lado, a oralidade fortaleceria nossa interação, visto que não se pode dialogar sozinho (como num monólogo). Segundo Platão, para receber os benefícios filosóficos, a alma humana necessita de uma preparação: deveria imbuir-se, aos poucos, de uma filosofia verdadeira. Na visão platônica, aquele que conseguisse, mediante o uso da dialética, fazer a semeadura dos discursos em almas adequadas (preparadas), colheria discursos capazes de reproduzirem-se em almas alheias e, dessa forma, tornariam o processo de transmissão do saber, imortal. Assim sendo, o projeto de desenvolvimento eficaz de educação, por intermédio de um *ensino de saber e virtude*, estaria *apto* para uma garantia de uma contínua ou ininterrupta substituição de filósofos e, ainda para tornar bem-aventurados os possuidores de sabedoria de tal jaez, na medida em que pode um homem ser feliz.

Enfim, a escritura possui a premissa de trazer até os nossos dias, textos de grande valia (textos antigos). Todavia, a escrita encontra-se inerte, sem vida, somente a partir da linguagem oral, da fala, do timbre sonoro é que o texto ganha vivacidade, ou seja, a alma da escritura é a oralidade e esta somente alcança vida plena quando compartilhada, em suma, o diálogo é a razão de ser da escrita e da oralidade, a grande ponte entre as duas linguagens.

Referências

- CIRNE-LIMA, Carlos Roberto. 2002. **Dialética para principiantes**. São Leopoldo, Editora Unisinos, 247p. (Coleção Idéias).
- NASCIMENTO, Evando. 2004. **Derrida**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 79 p. (Coleção Filosofia Passo-a-Passo).
- PAVIANI, Jayme. 1993. **Escrita e Linguagem em Platão**. Porto alegre, EDIPUCRS, 82 p. (Coleção FILOSOFIA, vol. 5).
- _____. 2001. **Filosofia e Método em Platão**. Porto alegre, EDIPUCRS, 256p.
- PLATÃO. 1975. **Diálogos de Platão**. Traduzido por Carlos Alberto Nunes. Pará, Universidade Federal do Pará, 249p.
- REALE, Giovanni. 2004. **Para uma nova interpretação de Platão**. 2.ed. São Paulo, Loyola, 636p.
- WILLIAMS, Bernard Arthur Owen. 2000. **Platão: a invenção da filosofia**. Traduzido por Irley Fernandes Franco. São Paulo: Editora UNESP, 69p. (Coleção grandes filósofos).